

Por Marcelo Carreira

A regulamentação busca estabelecer as técnicas e requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, de modo que estes recebam o mesmo valor jurídico dos documentos originais, ou seja, físicos.

Antes mesmo da [Lei Geral de Proteção de Dados](#) (LGPD) entrar em vigor, ocorrido em setembro, já havia sido publicado, em março, o decreto federal [10.278](#) que dispõe da validade jurídica e legal de documentos digitalizados.

À grosso modo, a regulamentação busca estabelecer as técnicas e requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, de modo que estes recebam o mesmo valor jurídico dos documentos originais, ou seja, físicos.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: Migalhas, em 04.12.2020